

PROVÃO E ENADE EM DEBATE NO JC E-MAIL: 2002 A 2006

PROVÃO AND ENADE UNDER DISCUSSION IN JC E-MAIL: 2002 TO 2006

José Carlos ROTHEN¹
Luciano DAVID²
Luciana Martins LOPES³

RESUMO

O artigo reconstrói as discussões referentes ao “PROVÃO” e ao “ENADE” divulgadas na publicação eletrônica da SBPC, o JC e-mail. O trabalho tem por objetivo localizar as semelhanças e distinções nos textos publicados pelo JC e-mail a respeito da elaboração e aplicação dos dois exames em questão. Concluiu-se que, no período, diminuíram sensivelmente as críticas à realização dos exames nacionais e construiu-se um consenso de que esse tipo de exame é relevante para a avaliação da educação superior e de que é um fator determinante para a comparação do desempenho das Instituições Públicas com o das Privadas.

Palavras-chave: Avaliação da Educação Superior; Provão; ENADE.

ABSTRACT

The Article reconstructs the discussions concerning the “PROVÃO” and the “ENADE” made known in the electronic publication of SBPC, the JC email. This paper has for objective to locate similarities and differences in the texts published by JC e-mail concerning the development and implementation of the two examinations in question. It was concluded that in the period decreased significantly the criticism to the accomplishment of national examinations and it was built up a consensus that this type of examination is relevant to the assessment of higher education and is a determining factor in order to compare the performance of the Public Institutions with that of the Private Institutions.

Keywords: Evaluation of Higher Education, PROVÃO, ENADE

¹ Docente, Departamento de Educação, Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). São Carlos, SP, Brasil. Correspondência para/Corresponde to: E-mail <josecarlos@rothen.pro.br>.

² Aluno, Faculdade de Psicologia, Centro Universitário do Triângulo (Unitri). Uberlândia, MG, Brasil. E-mail: <lucianodvd@hotmail.com>.

³ Bolsista de Iniciação Científica/FAPEMIG. Aluna, Faculdade de Psicologia, (Unitri). E-mail: <luciana_m_lopes@yahoo.com.br>.

INTRODUÇÃO

Na década de 1980, iniciaram-se procedimentos de avaliação da educação superior brasileira com o Programa de Avaliação da Reforma Universitária (PARU) e com algumas experiências realizadas por universidades brasileiras. Na segunda metade da década de 1990, ela passou a ser central nas políticas de Educação Superior.

No governo Fernando Henrique Cardoso foi criada uma sistemática de avaliação visando ao controle da educação superior. O primeiro instrumento implantado, pelo então ministro Paulo Renato Souza, foi o Exame Nacional de Cursos (ENC), o Provão, que apresentava como objetivo verificar o nível de conhecimento dos formandos dos cursos de graduação (BARREYRO; ROTHEN, 2006).

O Provão foi idealizado como um instrumento de avaliação “indispensável” para orientar as decisões do MEC, “[...] no sentido de estimular e fomentar iniciativas voltadas para a melhoria da qualidade do ensino, principalmente as que visem à elevação da qualificação dos docentes”, e para dar sustentação às determinações do Conselho Nacional de Educação (CNE) sobre a renovação periódica do reconhecimento dos cursos de graduação (SINAES, 2004, p. 59).

O Provão contava com dois instrumentos: o primeiro era um teste de conhecimento, e, ao elaborar-se esse teste, pressupunha-se, como parâmetro de qualidade, a formação que a graduação deveria proporcionar. O segundo instrumento era constituído de questionários: o questionário-pesquisa e o questionário sobre a impressão do aluno com relação à prova (SINAES, 2004, p. 60).

Em 2003, início do governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva, foi criada a Comissão Especial de Avaliação da Educação Superior (CEA), com o objetivo de alterar o sistema de avaliação vigente por meio da elaboração de uma nova proposta. Essa comissão foi “[...] composta por representantes da Secretaria de Educação

Superior (SESu), do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e de 11 especialistas ligados às universidades públicas e privadas” (ROTHEN e SCHULZ, 2007).

No início de 2004, o presidente Lula fez uma reforma ministerial, em que Tarso Genro assumiu o cargo de ministro da educação, e no dia 14 de abril de 2004 foi instituído pela Lei nº 10.861, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) composto principalmente por três itens: a avaliação das instituições, dos cursos e do desempenho dos estudantes.

Esse novo sistema teve como instrumentos “a auto-avaliação, a avaliação externa, o ENADE [Exame Nacional de Desempenho de Estudantes], Avaliação dos cursos de graduação e instrumentos de informação (censo e cadastro)”. (INEP, 2007).

Ristoffe Limana (2008), ao apresentarem a nova prova, informam que o ENADE, como parte integrante do SINAES, tem por objetivo avaliar o desempenho dos estudantes nos quesitos de competências, saberes, conteúdos curriculares e formação geral. Verhine, Dantas e Soares (2006) afirmam que o ENADE é um exame que se propõe a reunir vários aspectos da aprendizagem na sua prova, dando um enfoque significativo à dimensão profissional e de formação geral na avaliação dos alunos.

Características importantes a serem citadas a respeito do ENADE englobam o fato de o exame avaliar cada curso uma vez em um intervalo de três anos, ser aplicado apenas a uma amostra representativa das turmas, e medir o desempenho de estudantes ingressantes e concluintes de cada curso, incluindo a noção de “valor agregado” (VERHINE; DANTAS; SOARES, 2006).

No sentido de compreender as posições sobre a temática, este artigo se propõe à localização das semelhanças e distinções visualizadas nas publicações do JC e-mail a respeito da elaboração e aplicação dos dois exames em questão no período compreendido entre 2002 e 2006.

O JC e-mail é um jornal eletrônico com divulgação diária, editado pela Sociedade Brasileira Para o Progresso da Ciência (SBPC). O Jornal divulga textos relacionados às políticas científicas publicados em outros meios de comunicação, artigos encaminhados pelos leitores e textos produzidos pela SBPC. Porção significativa dessas publicações relaciona-se às políticas da educação. O jornal divulga fatos e parte do debate ligado à avaliação da educação superior.

O debate no ano de 2002

No último ano do governo Fernando Henrique Cardoso, as questões que foram apresentadas referiam-se à comparação entre os resultados obtidos pelas Instituições Públicas e Privadas, e, principalmente, à validade e à função que o Provão atendia.

Sobre a comparação dos resultados, Carlos Henrique de Brito Cruz (2002) afirmou, em artigo publicado no *Jornal da Ciência on-line*, que o Provão também comprovava a superioridade das instituições públicas. Para o então presidente da FAPESP, quando se avaliava a qualidade, não havia termos de comparação entre universidades públicas e privadas. Segundo o autor, mesmo com as dificuldades estruturais que enfrentavam, o corpo docente das instituições públicas estava cada vez mais qualificado. Paulo Renato de Souza (2002b) concordava com Cruz (2002), ao dizer que, em todas as etapas do processo de avaliação realizadas pelo MEC, tanto na graduação quanto na pós-graduação, as instituições federais de ensino superior destacavam-se pela qualidade, ou seja, nas avaliações, as federais recebiam bons conceitos no Provão, na qualificação dos professores e na organização didático-pedagógica. O então ministro da educação ainda ressaltou que as Universidades Federais seriam a sustentação do sistema de ensino superior do nosso país, por isso o governo FHC teria sempre reconhecido o seu papel central (SOUZA, 2002b).

Em relação aos objetivos do Provão, Paulo Renato de Souza afirmou que a idéia de se criar o Provão, logo no primeiro mês de ministério, em janeiro de 1995, seria uma resposta à pressão política para transformar as faculdades em Universidades e para a abertura e reconhecimento de cursos. Sendo assim, criou um sistema objetivo e que seria uma orientação estratégica (CAFARDO, 2002a). Segundo o então ministro da educação no governo Fernando Henrique Cardoso, o ensino superior, contou com três processos complementares de avaliação: o Provão, o Censo da Educação Superior e a Avaliação das Condições de Ensino realizada por comissões de especialistas. Com isso, democratizou-se a informação, promoveu-se a fiscalização e o controle social, evidenciando assim as deficiências. Os resultados desses processos também serviram como apoio para que o Ministério deliberasse se renovaria ou não o credenciamento das instituições e dos cursos (SOUZA, 2002a).

Segundo Paulo Renato de Souza, a respeito da influência do Exame para a melhoria da qualidade da educação, afirmou que os resultados do Provão só não entrariam na sala de aula se a instituição não aproveitasse as informações que recebia sobre o exame. A instituição de ensino recebia a informação da porcentagem de alunos que tinham acertado cada questão e tinha também uma comparação com as demais instituições. Assim, saberia quais as partes do curso deveriam ser reforçadas (CAFARDO, 2002a).

Para Paulo Renato, o Provão foi tão repreendido na academia, pois ninguém gostava de ser avaliado no Brasil. "O Provão não era para fechar faculdades, era uma análise de cursos, não de instituições. Precisávamos de critério de comparação e cobrança, e o Provão realizou isso" (CAFARDO, 2002a).

Partindo de uma ótica contrária, José Carlos Rothen (2002) afirmou que o Provão consideraria apenas algumas capacidades intelectuais dos estudantes, com uma avaliação que não considerava as dimensões essenciais para a formação dos alunos. Embora o Provão

tenha sido apresentado pelo MEC como um meio que permitia a identificação do nível de evolução dos cursos de graduação, as provas eram elaboradas com o objetivo de classificar os cursos.

O professor da Unicamp, Luís Carlos Freitas, reforçava a idéia de que o Provão era uma prova que visava a um *ranking* entre as instituições. O problema, segundo Freitas, era que os cursos passavam a treinar os alunos a se saírem bem no Provão e não para cumprir um projeto curricular (CAFARDO, 2002b).

Romualdo Portela de Oliveira dizia que o Provão não buscava o desenvolvimento e crescimento dos cursos e sim um melhor desempenho no exame. Segundo ele, os alunos faziam de tudo para que o curso não recebesse um conceito ruim, já que eles mesmos ficariam classificados no mercado como maus profissionais. Oliveira afirmava que o ensino superior era muito mais complexo que as informações fornecidas pelo Provão (CAFARDO, 2002b).

Segundo o professor da Unicamp José Dias Sobrinho, o modelo em curso no ano de 2002 primava pela avaliação quantitativa e objetiva. "Tal avaliação era determinada pela influência do mercado, diminuição dos investimentos no setor público, expansão do setor privado e restrição da autonomia, que era justamente negada pelo controle dos resultados" (OLIVEIRA, 2002).

Apesar das críticas dirigidas ao sistema de avaliação, Paulo Renato sustentava que os efeitos do Provão na melhoria das instituições eram visíveis. "O Provão é um aspecto positivo do meu currículo e gostaria de ser lembrado por ele" (CAFARDO, 2002b). "Não há nenhum indicador de desempenho do sistema que mostre algum retrocesso, a maioria indica avanços notáveis" (SOUZA, 2002b).

Resumidamente os defensores do Provão argumentavam que ele seria um diferencial para uma melhora significativa no cenário da educação superior brasileira, podendo contribuir, inclusive, com as instituições de ensino, permitindo a elas uma visualização da porcentagem de alunos

bem sucedidos na prova e também de uma comparação de desempenho umas com as outras. Por sua vez os críticos apontavam para o fato de que o Provão seria um exame não muito abrangente, ao passo que o estabelecimento de *ranking* entre as instituições e a classificação de cursos seriam alguns dos pontos ilustrativos de sua limitação.

O debate no ano de 2003

No ano de 2003, a educação ficou numa posição bastante evidenciada devido ao fato de o novo governo, com a presidência de Luiz Inácio Lula da Silva, entrar em cena e poder expressar as suas propostas ante as demandas do país (HELENE, 2003).

Na posse pelo Ministério da Educação, Cristovam Buarque, em seu discurso inicial, demonstrou ciência dos problemas enfrentados pela educação, enfatizando a necessidade de o Ensino caminhar independentemente da situação financeira e/ou orçamentária do país. Buarque agradeceu ao ex-ministro por não ter deixado um Ministério parado; e disse ser impossível não perceber que houve progressos na Educação brasileira na gestão de Paulo Renato. Sobre as novas propostas em sua gestão, o então ministro anunciou que seu objetivo era o de 'inventar uma nova Universidade' e que encontraria uma maneira de se desenvolver mais rápido o conhecimento (03jan.2003-NOTÍCIA 1).

De posse do ministério, Buarque propôs aos reitores de Universidades Federais que criassem grupos de trabalho. O primeiro grupo seria responsável por fazer um levantamento da infra-estrutura das Universidades, e com isso ter dados exatos de quais equipamentos e obras seriam imprescindíveis; o segundo grupo analisaria as necessidades de ocupação e aumento de vagas nas instituições e o terceiro grupo deveria apresentar sugestões para pôr em debate a nova Universidade brasileira (VALE; FARIA, 2003).

Um dos principais debates no novo governo foi relativo à avaliação da educação superior

instituída na gestão de Paulo Renato Souza, principalmente sobre a validade do seu lado mais conhecido, o Provão. Em defesa do Provão apresentam-se, além de membros do governo anterior, o jornal *O Estado de São Paulo* e o próprio Ministro da Educação, Cristovam Buarque.

De acordo com o Editorial de *O Estado de São Paulo*, o Congresso acatou a lei que instituiu o Provão, porque ensinar - como qualquer outra atividade - demandaria avaliação contínua e publicação dos resultados obtidos. A lei que estabeleceu o exame antevia tanto a realização do Provão como a Avaliação das Condições de Ensino e a Avaliação Institucional que são, justamente, o que a comissão nomeada no MEC no governo Lula pretendia pôr em prática na nova gestão (10 jun..2003 - NOTÍCIA 2).

Buarque pronunciou que iria reestruturar o sistema de avaliação, o qual precisava evoluir, pois esse método de avaliar a universidade seria limitado ao aluno. O intuito era de que o exame fosse mais amplo, abrangendo o corpo docente e discente, ou seja, toda a estrutura humana de uma Instituição de Ensino Superior (CAFARDO, 2003a).

Um dos ícones na posição contrária ao Exame foi a postura de Otaviano Helene, que era a favor da mudança no Provão, "de acordo com o presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP/MEC), as mudanças eram necessárias, pois o Provão, como estava sendo aplicado, não cumpria o objetivo de avaliar os cursos de graduação" (LUIZ; SIQUEIRA, 2003).

O presidente do INEP declarou que o Provão era constantemente alvo de críticas de diversas áreas relacionadas à educação, que enfatizavam as deficiências desse método de avaliar. Para Helene, o exame demonstrou ser insatisfatório, e ressaltou a necessidade de um sistema mais efetivo (LUIZ; SIQUEIRA, 2003). Aparentemente concordando, o então ministro também criticou o Provão, disse que era precário e que se fazia necessário avaliar toda a instituição. (LORENZONI, 2003). Afirma-se *aparentemente*, pois Buarque não se opunha à realização do

Exame, considerando-o como uma parte da avaliação.

Já Eunice Durham foi contra as propostas de mudanças no Provão. A ex-secretária de política educacional do MEC declarava que, se fizessem mudanças no sistema de avaliação criado por Paulo Renato, haveria um grande retrocesso. Durham discordava da nova política, dizendo que o acompanhamento institucional era um conceito subjetivo, que iria variar muito dependendo dos avaliadores (GOIS, 2003).

Durham (2003) concordava que não deveria fundamentar todo o processo de avaliação em apenas um instrumento, como o Provão. Mas a autora esclarece que nem no governo Fernando Henrique isso ocorria, pois, juntamente com o Provão, foram nomeadas comissões que inspecionavam os cursos com problemas e faziam uma avaliação mais minuciosa das condições de ensino.

Castro (2003) declarava que ser contra o Provão "[...] era uma ação contra o Estado democrático brasileiro e sua capacidade reguladora". Na interpretação de Araújo Filho (2003), poder-se-ia dizer que o fim do Provão agradaria, e muito, àqueles setores do ensino superior os quais não queriam expor-se publicamente, de forma transparente (ARAÚJO FILHO, 2003).

Araújo Filho (2003), em defesa do Provão, ressaltava que as discussões a respeito do Exame Nacional de Cursos eram marcadas por falta de conhecimento e preconceito. Alguns críticos do Provão citavam, por exemplo, que os processos de avaliação de maior alcance o tornariam desnecessário, como se aqueles pudessem fornecer os dados que o Exame fornecia. De acordo com Araújo Filho (2003), o Provão não era restrito à aplicação anual de uma prova aos graduandos, seguida da publicação de conceitos que depois seriam usados para estabelecer um *ranking* entre cursos e instituições. Junto à linha histórica dos conceitos de cada curso avaliado, era enviado, aos coordenadores e gestores acadêmicos, um documento que recebeu o nome de Relatório da

Instituição, referente àquele curso específico, com informações importantíssimas para o planejamento acadêmico e institucional. O Relatório permitiria a cada curso avaliados valiosas informações sobre o desempenho geral dos estudantes do curso/instituição, e a média conseguida por questão em cada ano em que o curso participou do Exame.

Paulo Alcântara Gomes também se dirigia a favor do Provão. Para o presidente do Conselho de Reitores das Universidades Brasileira, deveríamos reconhecer que o Provão contribuiu muito para a qualidade das IES e deveria continuar sendo indispensável sua aplicação para os alunos (GOIS, 2003). No entanto Nunes (2003) discordava dos benefícios do modelo de avaliação até então vigentes, pois, para ele, o coeficiente de confiabilidade dos resultados da aplicação dessa prova como indicador de qualidade dos cursos era extremamente questionável.

Paixão, Amaral e Louro (2003) acreditavam que o que incomodava alguns críticos era o fato de que um sistema novo - e que, indiscutivelmente, necessitava de análises e algumas correções - já apresentasse resultados tão importantes que colaborariam muito para a Educação Superior.

Em uma posição intermediária, Nunes e Azeredo (2003) afirmaram que “ninguém era contra o Provão”. Todos eram a favor da avaliação dos cursos que educam profissionais para o mercado de trabalho. “O que muitos eram contra é a inversão de objetivos”. O Provão realizado media o “produto” e usava este resultado para deduzir sobre a qualidade do “processo”, ou seja, pelo conceito atribuído aos alunos, concluía-se sobre a qualidade do curso.

Na percepção de Durham (2003), os contrários ao Provão argumentavam que a avaliação feita pelo Exame consideraria apenas os resultados da aprendizagem, não os processos. Pergunta ela: como avaliar o processo sem necessariamente avaliar o resultado? Os opositores ao Provão diziam que não deveria examinar apenas os alunos, mas também os docentes e a administração. Mas desconhecem

que o objetivo do exame não foi avaliar os graduandos, mas a qualidade dos cursos e das instituições que os oferecem, e a melhor maneira de se obter esse indicador seria por meio do desempenho médio dos seus concluintes.

Algumas das maiores críticas dirigidas ao Provão nesse contexto deram-se quanto as suas prováveis limitações no sentido de não abarcar quesitos que iam além da avaliação dos concluintes dos cursos de graduação, e as suas conseqüências ditas como negativas ilustradas no ranking estabelecido entre as instituições. A favor do Provão dirigiram-se percepções no sentido de apontar que havia um erro de interpretação dos críticos, pois ele não era o único instrumento de avaliação, e que a avaliação do produto final, o conhecimento dos formandos, seria fundamental para a avaliação dos cursos de graduação. Destaca-se que na discussão sobre a validade e limitações do Provão consolida-se a idéia de que a não realização da prova significaria não avaliar a educação superior brasileira. Para a consolidação dessa idéia foi relevante, primeiro, a posição do ministro da educação em defesa da realização da prova, e, segundo, a participação ativa no debate dos membros do governo anterior.

O debate no ano de 2004

O início de 2004 foi marcado pela mudança do Ministro da Educação, assumindo a pasta Tarso Genro. Em março de 2004 a Câmara dos Deputados aprovou o projeto de Lei que instituiu o novo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) (SIQUEIRA, 2004b). O novo sistema de avaliação contou com a avaliação das condições de ensino, que examinaria a qualidade dos cursos oferecidos por meio de visitas de comissões de especialistas das respectivas áreas do conhecimento. Os alunos também seriam analisados por meio do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), em dois períodos do trajeto acadêmico do estudante: no primeiro e no último ano da graduação. A prova seria realizada por

amostragem, no intervalo de três anos (SIQUEIRA, 2004a).

Na análise sobre o novo sistema de avaliação, Paulo Renato Souza critica-o dizendo que ele seria um “retrocesso de oito anos na educação do país” (COSTA, 2004). Já Piori (2004) dizia que o SINAES “dava um passo à frente”, mas, reconhece que o Provão, mesmo com todas as deficiências, foi uma experiência importante e positiva.

O debate sobre o novo modelo de prova aplicada aos alunos de graduação foi menos intenso de que nos anos anteriores. O tom das discussões referia-se em explicitar as diferenças do ENADE em relação ao Provão

Luciana Constantino, em notícia originalmente redigida para o jornal *Folha de São Paulo*, informou que, entre as questões abordadas na prova, estavam a globalização, a biodiversidade, novos mapas sociais e econômicos, políticas públicas, cidadania, ética e inclusão digital. Essa seria uma das novidades do exame em comparação ao Provão. A avaliação realizada na gestão de Paulo Renato abrangia apenas questões específicas sobre a área de conhecimento do graduando. Nesse novo modelo de exame, o aluno responderia também questões relacionadas a conhecimentos gerais. O ENADE ainda contaria com mais 30 perguntas específicas da área estudada pelo aluno. Assim, estudantes do primeiro e último ano da mesma área responderiam às mesmas questões; com isso, o INEP pretendia analisar o conhecimento agregado pelo curso (CONSTANTINO, 2004). Outro aspecto que diferenciava o ENADE do Provão era que, na nova avaliação, os alunos examinados seriam sorteados, enquanto no Provão todos os graduandos participavam da prova. O INEP calculava que 156,5 mil alunos deveriam realizar o exame, ou seja, 44% dos estudantes que ingressaram e estavam concluindo a graduação (CONSTANTINO, 2004).

Na análise específica do ENADE, Eunice Durham criticou o novo sistema de amostragem de alunos, visto que “alguns estudantes não representariam um curso”. De acordo com a

presidente do Núcleo de Pesquisas do Ensino Superior da Universidade de São Paulo (Nupes/USP), a amostragem ofereceria apenas os índices gerais e não as características específicas de um determinado curso, ou de uma instituição. Sobre esse assunto, Dilvo Ristoff, assegurou que a amostragem tem alto grau de confiabilidade, sendo a margem de erro de apenas 3% (CAFARDO; SOUZA; WEBER, 2004).

Em novembro de 2004, o *Jornal da Ciência* reproduziu notícia da *Folha de São Paulo* sobre a primeira realização do novo exame que avaliava a qualidade de cursos superiores. Na notícia, além de apontar as principais características e objetivos da Prova, relata-se que o ENADE, apesar de alguns alunos não concordarem de serem convocados para o exame, foi bastante elogiado pelos alunos participantes, contando também com uma parcela de alunos que participaram voluntariamente. (08 nov.2004 - NOTÍCIA 3).

O ano de 2004 é marcado pela primeira aplicação do ENADE, Exame Nacional de Desempenho de Estudantes, cuja comparação em relação ao Provão foi um tanto evidente. Contudo a discussão sobre as virtudes ou limitações do ENADE foram poucas, destacando-se apenas a crítica ao fato de o Exame ser realizado por amostragem.

O debate no ano de 2005

No ano de 2005, os dois principais temas apresentados pelo *Jornal da Ciência* em relação à avaliação da educação superior foram o resultado do ENADE e a crítica/constatação de que o Exame repetia os mesmos erros do Provão

Em um tom noticioso, Paraguassú e Cafardo (2005) informaram que o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes, instituído no ano de 2003 para substituir o Exame Nacional de Cursos, o Provão, surgiu ocasionando agitação. Ao invés de examinar os concluintes de cada área todos os anos, o ENADE se utilizou de amostragem. A finalidade, conforme o ministro

da Educação, Tarso Genro, seria de analisar todo o sistema, apontando o conhecimento que o aluno acrescentava ao longo da graduação. Diferentemente do Provão, em que os conceitos variavam de E a, A no ENADE os conceitos atribuídos abrangiam de 1 a 5. Embora sejam cinco níveis iguais, o ENADE não controlava antecipadamente o número de cursos em cada conceito, como era realizado no Provão.

De acordo com o Ministério da Educação, o balanço do primeiro ano do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) foi positivo. Conforme Héglio Trindade, presidente da CONAES, os estudantes e as instituições de ensino receberam de forma positiva o novo sistema de avaliação da educação superior. Segundo Trindade, os resultados atestam o sucesso do ENADE, já que apenas 9% dos alunos não fizeram a prova. Para o presidente da CONAES, isso mostra que o conteúdo da prova foi aprovado pelos alunos (NERY, 2005).

Porém, conforme Costantino (2005), os resultados do ENADE não foram satisfatórios: dos 1.427 cursos que realizaram o exame, 10,6% receberam nota 1 ou 2, abaixo do mínimo estabelecido pelo MEC, obtendo, a maior parte (79%), resultados intermediários (3 e 4). O novo exame dos estudantes teria apontado que apenas 10,5% de cursos de ensino superior analisados conseguiram nota máxima no teste de 2004. Os cursos de graduação que receberam o menor número de notas baixas foram Odontologia e Medicina, enquanto Serviço Social e Zootecnia atingiram a maior proporção nessa faixa.

Uma discussão a partir dos resultados recorrente desde a época do Provão é a comparação entre as escolas públicas e privadas. Ionice Lorenzoni (2005) diz verificar-se que as melhores notas estavam entre os alunos das universidades federais. No editorial do jornal *Folha de São Paulo* (2005) afirmou-se que mais de 70% das instituições que tiveram notas baixas no exame fazem parte do setor privado, ao passo que aproximadamente 60% das que tiveram conceito máximo são federais e quase 25%

delas são estaduais. Mesmo com esses resultados, vale ressaltar que essa carência não se limita às instituições privadas, também há cursos de faculdades estaduais e Universidades federais mal avaliados.

De acordo com Bassette, Tatsch e Constantino (2005), o ENADE, assim como o Provão, também foi alvo de críticas. Segundo alguns reitores, a nova forma de avaliar cedeu lugar a um novo tipo de *ranking*. O pró-reitor de graduação da Unifesp (Universidade Federal de São Paulo), Edmund Chada Baracat, não teria concordado com a exposição de conceitos. Segundo o pró-reitor “[...] o mérito do ENADE era não divulgar notas e sim uma avaliação global, envolvendo a análise dos alunos, corpo docente e infra-estrutura da universidade”.

O pró-reitor de graduação da PUC-Campinas, Marco Antônio Carnio, compartilhou da mesma opinião de Baracat, “Fiquei surpreso. Não era essa a indicação inicial.” Para o professor Gabriel Márcio Rodrigues, presidente da ABMES, é necessário ponderar o “valor agregado” de cada instituição antes de divulgar conceitos. O MEC defendeu-se e teria dito que não fez um *ranking* entre os cursos e que a nota do ENADE expressava 20% da avaliação final, o que ainda incluiria conceitos para os docentes e a estrutura, por exemplo. (BASSETTE; TATSCH; CONSTANTINO, 2005).

Já Paulo Renato disse que estava “morrendo de rir”, ao observar os resultados do ENADE. Segundo o ex-ministro, o PT sempre o recriminou por divulgar conceitos relativos e agora fazia o mesmo. “Além disso, eles misturaram tudo, não fica claro se a faculdade tem uma nota boa porque o aluno já era bom ou porque a instituição o melhorou durante o curso”, completou. “Estão confundindo a sociedade”. Paulo Renato também criticou o modo de avaliar o desempenho dos estudantes em um mesmo ano, como fez o ENADE. “Provavelmente há uma mudança de perfil dos estudantes”. E sugere que o correto seria comparar os que estão concluindo a graduação com as notas do ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio, que examina os estudantes que terminaram o nível médio) de

quatro anos atrás. (PARAGUASSÚ e CAFARDO, 2005).

Das discussões realizadas no ano de 2005, destaca-se, primeiro, a constatação de muitas das características do ENADE repetirem aspectos criticados no Provão, como por exemplo, no *ranking* estabelecido entre as Instituições; segundo, que o resultado do ENADE apontou para a baixa qualidade da educação superior brasileira.

O debate no ano de 2006

Em 2006 também foram constantemente debatidos os resultados do ENADE. Na segunda edição de aplicação do exame, de acordo com Éboli (2006), somente 27% dos cursos avaliados alcançaram notas 4 e 5, em uma escala de 1 a 5. Esses números apontam que 1.102 cursos, o que representa 20% do total, foram reprovados - obtiveram notas 1 e 2, enquanto, 53% receberam nota 3, que é o conceito médio. Quando o parâmetro de comparação é a região, o Sul se destaca: 29,9% dos cursos obtiveram conceitos 4 e 5, e com uma porcentagem próxima aos resultados do Sul, no Nordeste, 29,8% dos cursos foram bem avaliados. Logo em seguida estava o Sudeste com 27,6%, Centro-Oeste, com 17,8%, e o Norte com 17,5% dos cursos que obtiveram melhor desempenho.

Nelson Maculan, secretário de Educação Superior do ministério, justificou o bom conceito recebido pelo Nordeste no ENADE, “[...] a justificativa é que há poucas faculdades privadas e muitas universidades federais na região”, disse o secretário. Já a Região Norte obteve o maior percentual de cursos reprovados: 31,4%, seguido pelo Centro-Oeste, com 28,7% de baixos conceitos, ao passo que, a Região Sul foi a que obteve o menor percentual: 16% (ÉBOLI, 2006).

Paraguassú, Cafardo e Iwasso (2006), repercutindo o exame realizado no ano anterior, informam que no ano de 2005 o Exame nacional avaliou 5.511 cursos de graduação, e 277.476 estudantes. Nesse ENADE, como novidade, foi

criado o Indicador de Diferença entre o Desempenho Observado e o Esperado (IDD), que aferiu quanto o curso agregou para o desenvolvimento do aluno. O conceito do IDD varia de 1 a 5 por instituição. A segunda edição do ENADE indicou que o rendimento do aluno modifica-se pouco entre o primeiro e o último ano da graduação. O ENADE mostrou que os cursos de instituições particulares, constantemente alvo de críticas, podem não ser tão ruins. Para a ex-presidente do INEP/MEC e secretária estadual da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico de São Paulo, Maria Helena Guimarães de Castro, a melhor forma de mensurar o valor agregado seria utilizando a nota do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), feito pelos alunos que concluem esse nível de ensino. “O ideal seria ver as notas desses mesmos alunos quatro anos depois, quando saem da faculdade.”

No Editorial de *O Estado de São Paulo* (2006), defendia-se a idéia de que o conceito de “valor agregado”, introduzido pelo ENADE, teria diminuído o mito de que toda universidade pública é boa e o ensino superior privado é sempre ruim. A descoberta do ENADE seria extraordinária: mostra que uma parte expressiva das instituições particulares estaria cumprindo seu papel e formando adequadamente os seus estudantes e que a qualidade dessas instituições, quando comparadas às universidades federais, é menor do que se pensava. A importância do último ENADE teria sido de indicar que, apesar dos sérios problemas de qualidade da educação, o governo estava equivocado ao superestimar as instituições públicas e desvalorizar o papel e a importância das instituições privadas no desenvolvimento das novas gerações (Editorial *O Estado de São Paulo*, 2006).

Em uma análise crítica, Cafardo (2006) ressaltava que o ENADE reproduz falha do Provão: não determinando meta para alunos, estaria apenas fazendo comparações entre instituições. Estudantes de cursos que receberam bom conceito no ENADE não acertaram nem metade das questões do teste. “Não adianta só mostrar quem é melhor do que quem, é preciso mostrar o que sabe cada um deles”, disse o coordenador

do Grupo de Avaliação e Medidas Educacionais da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Francisco Soares.

Reynaldo Fernandes, presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais do Ministério da Educação (INEP/MEC), responsável pela prova, respondeu às críticas ao destacar a dificuldade em “[...] definir critérios do que é bom ou ruim em cursos de graduação. Quem vai dizer o que deve saber o estudante ao fim do curso?”. Para Carlos Henrique Araújo, “Os alunos já chegam à universidade com déficit em todas as competências, não dá para resolver o problema lá”, alega. “O ENADE é o reflexo da falta de qualidade de toda a educação brasileira” (CAFARDO, 2006).

No que tange ao ano de 2006, nas notícias e debates apresentados pelo JC e-mail, têm-se as seguintes interpretações dos resultados do ENADE: constatação do baixo desempenho obtido por um número significativo de cursos e instituições no cenário da educação superior, além de evidenciar, para alguns, que as diferenças entre a qualidade das instituições de ensino públicas e privadas não seria tão grande quanto se pensava. Também foi exposto, nesse período, assim como no ano anterior, o fato de que o ENADE estaria reproduzindo algumas das falhas do Provão, frisando o aspecto de comparação de instituições e não se estabelecendo uma meta de desempenho para os alunos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O debate apresentado no JC e-mail nos anos de 2002 e 2003 referia-se principalmente à validade ou não da realização de um Exame Nacional, bem como às limitações e virtudes desse instrumento de avaliação da educação superior. Era de se esperar que, em 2003, com a posse da oposição ao governo Fernando Henrique Cardoso, fosse unânime a crítica à realização do Provão, fato que não se verificou. O próprio Ministro da Educação veio em defesa da realização desse tipo de prova, somando força

aos membros do governo anterior que tiveram intensa presença nas notícias publicadas em defesa do Provão.

No ano de 2004, o primeiro ano da realização do ENADE, a discussão dirigiu-se no sentido de compará-lo com o Provão. Tanto na fala dos críticos como dos defensores da nova prova, é consenso que o novo Exame repetia em linhas gerais as mesmas limitações do Provão: por exemplo, a forma como os resultados divulgados foram divulgados permitia a elaboração de *ranking*.

Na análise dos resultados das provas, as discussões dirigiam-se em duas direções. Primeiro, em apontar que os exames apontam para a baixa qualidade da educação superior brasileira. Segunda, na comparação entre os resultados das instituições públicas com o das privadas, como se o resultado do exame fosse decisivo para a escolha entre um ou outro tipo de Instituição, refletindo uma posição reducionista das funções da educação superior, na qual se compreende que o seu papel seria apenas de formar estudantes bem qualificados.

No período analisado, observa-se que os debates ocorridos partem em 2002 de uma severa crítica ao Provão, direcionando-se para um consenso de que exames nacionais são imprescindíveis para a avaliação da educação superior. As críticas deixam de ser relativas à validade dos exames e resumem-se a apenas a aspectos técnicos, como, por exemplo, se deveria ser realizada por amostragem ou não.

A diminuição, no primeiro governo Lula, das críticas à realização de um Exame de larga escala não foi acompanhada de uma solução das questões levantadas pela oposição no governo anterior. Ocorreu uma paulatina e acrítica adesão do governo Lula à concepção de que a avaliação da educação superior deve ser realizada por um instrumento parcial, o qual tem como um dos seus principais pilares de sustentação o estímulo à concorrência entre as instituições por meio do estabelecimento de *ranking*.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Kennedy e COSTA, Raymundo. Lula tira Cristovam e põe Tarso na Educação. *Jornal da Ciência*. SBPC2450. 23 jan. 2004. Disponível em: <<http://www.jornaldaciencia.org.br/Detalhe.jsp?id=15692>>. Acesso em: 10 maio 2007.

ARAÚJO FILHO, Mário de Souza. Acabar com o Provão: um retrocesso (anunciado) para o ensino superior brasileiro. *Jornal da Ciência*. SBPC 2272. 07 maio 2003. Disponível em: <<http://www.jornaldaciencia.org.br/Detalhe.jsp?id=9597>>. Acesso em: 04 abr. 2007.

BARREYRO, Gladys Beatriz; ROTHEN, José Carlos. "SINAES" contraditórios: considerações sobre a elaboração e implantação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior. *Educação & Sociedade*. V. 27, nº 96, p. 955-977. 2006

BASSETTE, Fernanda; TATSCH, Constança e CONSTANTINO, Luciana. Instituições criticam divulgação de notas. *Jornal da Ciência*. SBPC 2760. 04 maio 2005. Disponível em: <<http://www.jornaldaciencia.org.br/Detalhe.jsp?id=27684>>. Acesso em: 12 jun. 2007.

CAFARDO, Renata. Melhores alunos do Enade não acertaram nem metade da prova. *Jornal da Ciência*. SBPC 3080. 15 ago. 2006a. Disponível em: <<http://www.jornaldaciencia.org.br/Detalhe.jsp?id=39934>>. Acesso em: 05 jul. 2007.

CAFARDO, Renata. Ministro Paulo Renato: Provão mudou a Universidade brasileira. *Jornal da Ciência*. SBPC 2050. 10 jun. 2002a. Disponível em: <<http://www.jornaldaciencia.org.br/Detalhe.jsp?id=2688>>. Acesso em: 10 maio 2007.

CAFARDO, Renata. Novo ministro da Educação diz que vai mudar Provão. *Jornal da Ciência*. SBPC 2195. 08 jan. 2003a. Disponível em:

<<http://www.jornaldaciencia.org.br/Detalhe.jsp?id=7079>>. Acesso em: 04 abr. 2007.

CAFARDO, Renata. Provão tem última edição na gestão do seu criador, o ministro Paulo Renato. *Jornal da Ciência*. SBPC 2050. 10 jun. 2002b. Disponível em: <<http://www.jornaldaciencia.org.br/Detalhe.jsp?id=2689>>. Acesso em: 04 abr. 2007.

CAFARDO, Renata; SOUZA, Marcos de Moura e WEBER, Demétrio. Novo Provão vai custar menos, mas já é criticado. *Jornal da Ciência*. SBPC 2494. 30 mar. 2004. Disponível em: <<http://www.jornaldaciencia.org.br/Detalhe.jsp?id=17407>>. Acesso em: 04 de maio de 2007.

CASTRO, Maria Helena Guimarães de. Quem tem medo do provão? *Jornal da Ciência*. SBPC 2374. 29 set. 2003. Disponível em: <<http://www.jornaldaciencia.org.br/Detalhe.jsp?id=13126>>. Acesso em: 04 abr. 2007.

CONSTANTINO, Luciana. Novo Provão abordará globalização e ética. *Jornal da Ciência*. SBPC 2582. 10 ago. 2004. Disponível em: <<http://www.jornaldaciencia.org.br/Detalhe.jsp?id=20652>>. Acesso em: 10 maio 2007.

COSTA, Rosa. Paulo Renato diz ter apoio para volta do Provão. *Jornal da Ciência*. SBPC 2438. 06 jan. 2004. Disponível em: <<http://www.jornaldaciencia.org.br/Detalhe.jsp?id=15290>>. Acesso em: 10 maio 2007.

CRUZ, Carlos Henrique Brito. Quando o parâmetro é a qualidade, é preciso que universidades públicas retomem seu papel formulador e deixem de ser federações de escola. *Jornal da Ciência*. SBPC 1947. 07 jan. 2002. Disponível em: <<http://www.jornaldaciencia.org.br/Detalhe.jsp?id=89>>. Acesso em: 10 maio 2007.

DURHAM, Eunice. O Provão deve ser extinto? Não. *Jornal da Ciência*. SBPC 2359. 08 set. 2003. Disponível em: <<http://www.jornaldaciencia.org.br/Detalhe.jsp?id=89>>. Acesso em: 10 maio 2007.

org.br/Detalhe.jsp?id=12577>. Acesso em: 04 abr. 2007.

ÉBOLI, Evandro. Enade reprova 20% dos cursos de graduação do país. *Jornal da Ciência*. SBPC 3077. 10 ago. 2006. Disponível em: <<http://www.jornaldaciencia.org.br/Detalhe.jsp?id=39815>>. Acesso em: 05 jul. 2007.

EDITORIAL FOLHA DE SÃO PAULO. Avaliação do ensino. *Jornal da Ciência*. SBPC 2761. 05 maio 2005. Disponível em: <<http://www.jornaldaciencia.org.br/Detalhe.jsp?id=27732>>. Acesso em: 12 jun. 2007.

EDITORIAL O ESTADO DE SÃO PAULO. As lições do ENADE. *Jornal da Ciência*. SBPC 3079. 14 ago. 2006. Disponível em: <<http://www.jornaldaciencia.org.br/Detalhe.jsp?id=39894>>. Acesso em: 05 jul. 2007

GOIS, Antônio. MEC admite usar escala para avaliar cursos. *Jornal da Ciência*. SBPC 2357. 04 set. 2003b. Disponível em: <<http://www.jornaldaciencia.org.br/Detalhe.jsp?id=12496>>. Acesso em: 04 abr. 2007.

HELENE, Otaviano. O Inep e as avaliações. *Jornal da Ciência*. SBPC 2305. 24 jun. 2003. Disponível em: <<http://www.jornaldaciencia.org.br/Detalhe.jsp?id=10783>>. Acesso em: 04 abr. 2007.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. SINAES. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/superior/sinaes/>>. Acesso em: 09 nov. 2007.

LORENZONI, Ionice. Provão será mantido com alterações no próximo ano. *Jornal da Ciência*. SBPC 2293. 05 jun. 2003. Disponível em: <<http://www.jornaldaciencia.org.br/Detalhe.jsp?id=10330>>. Acesso em: 04 abr. 2007.

LORENZONI, Ionice. MEC define políticas a partir do resultado do Enade. *Jornal da Ciência*. SBPC 2760. 04 maio 2005. Disponível em:

<<http://www.jornaldaciencia.org.br/Detalhe.jsp?id=27686>>. Acesso em: 12 jun. 2007.

LUIZ, João; SIQUEIRA, Dulcídio. MEC quer mudar sistema de avaliação das Universidades. *Jornal da Ciência*. SBPC 2296. 10 jun. 2003. Disponível em <<http://www.jornaldaciencia.org.br/Detalhe.jsp?id=10443>>. Acesso em: 04 abr. 2007.

NERY, Flavia. Avaliação do ensino superior é considerada positiva. *Jornal da Ciência*. SBPC 2686. 12 jan. 2005. Disponível em: <<http://www.jornaldaciencia.org.br/Detalhe.jsp?id=24678>>. Acesso em: 12 jun. 2007.

NUNES, Daltro José; AZEREDO, Paulo Alberto de. A polêmica do Provão. *Jornal da Ciência*. SBPC 2290. 02 jun. 2003. Disponível em: <<http://www.jornaldaciencia.org.br/Detalhe.jsp?id=10213>>. Acesso em: 04 abr. 2007.

NUNES, Daltro José. Provão não contribui para a melhoria de qualidade dos cursos de graduação. *Jornal da Ciência*. SBPC 2217. 10 fev. 2003. Disponível em: <<http://www.jornaldaciencia.org.br/Detalhe.jsp?id=7781>>. Acesso em: 04 abr. 2007.

OLIVEIRA, Daniela. Discussão sobre Universidade: em defesa de uma avaliação ética e de um acesso mais democrático. *Jornal da Ciência*. SBPC 2071. 09 jul. 2002. Disponível em: <<http://www.jornaldaciencia.org.br/Detalhe.jsp?id=3306>>. Acesso em: 04 abr. 2007.

PAIXÃO, Fernando J. da; AMARAL, Lívio; LOURO, Sonia R.. Avaliar - Para que?. *Jornal da Ciência*. SBPC 2289. 30 maio 2003. Disponível em: <<http://www.jornaldaciencia.org.br/Detalhe.jsp?id=10172>>. Acesso em: 04 abr. 2007.

PARAGUASSÚ, Lisandra; CAFARDO, Renata e IWASSO, Simone. Universitários de 40% dos cursos evoluem pouco. *Jornal da Ciência*. SBPC 3077. 10 ago. 2006. Disponível em:

<<http://www.jornaldaciencia.org.br/Detalhe.jsp?id=39816>>. Acesso em: 05 jul. 2007.

PARAGUASSÚ, Lisandra e CAFARDO, Renata. Metodologia do Enade é totalmente diferente do Provão. *Jornal da Ciência*. SBPC 2760. 04 maio 2005. Disponível em: <<http://www.jornaldaciencia.org.br/Detalhe.jsp?id=27685>>. Acesso em: 12 jun. 2007.

PRIORI, Angelo. Ides - Avaliando o ensino e as Instituições de Ensino Superior: problemas e perspectivas. *Jornal da Ciência*. SBPC 2442. 12 jan. 2004. Disponível em: <<http://www.jornaldaciencia.org.br/Detalhe.jsp?id=15422>>. Acesso em: 05 mar. 2008.

RISTOFF, Dilvo; LIMANA, Amir. O Enade como parte da avaliação da educação superior. Disponível em: <<http://www.cpa.unopar.br/enade.pdf>>.. Acesso em: 05 mar. 2008.

ROTHEN, José Carlos. Provão: na terra da concorrência quem tem um olho esconde a realidade. *Jornal da Ciência*. SBPC 2051. 11 jun. 2002. Disponível em: <<http://www.jornaldaciencia.org.br/Detalhe.jsp?id=2718>>. Acesso em: 04 abr. 2007.

ROTHEN, J. C. e SCHULZ, A. SINAES: do documento original à legislação. *Diálogo educacional Curitiba: Programa de Pós-Graduação em Educação da PUC-PR*. V.7 n.21. Mai/Ago. 2007.

SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior: da concepção à regulamentação. 2. ed., ampliada. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2004. 155 p.

SIQUEIRA, Dulcídio. Câmara aprova novo sistema de avaliação da educação superior. *Jornal da Ciência*. SBPC 2477. 05 mar. 2004a. Disponível em: <<http://www.jornaldaciencia.org.br/Detalhe.jsp?id=16727>>. Acesso em: 05 abr. 2007

SIQUEIRA, Dulcídio. Congresso aprova novo sistema de avaliação da educação superior.

Jornal da Ciência. SBPC2491. 25 mar. 2004b. Disponível em: <<http://www.jornaldaciencia.org.br/Detalhe.jsp?id=17305>>. Acesso em: 05 abr. 2007

SOUZA, Paulo Renato. Avaliação: Caminho para qualidade da educação. *Jornal da Ciência*. SBPC 1971. 08 fev. 2002a. Disponível em: <<http://www.jornaldaciencia.org.br/Detalhe.jsp?id=638>>. Acesso em: 04 abr. 2007.

SOUZA, Paulo Renato. Luzes sobre os números. *Jornal da Ciência*. SBPC 2095. 12 ago. 2002b. Disponível em: <<http://www.jornaldaciencia.org.br/Detalhe.jsp?id=4023>>. Acesso em: 04 abr. 2007.

VALE, Luís Jorge Rocha; FARIA, Súsán. Reitores aprovam criação de três grupos de trabalho para melhorar Universidades. *Jornal da Ciência*. SBPC 2207. 27 jan. 2003. Disponível em: <<http://www.jornaldaciencia.org.br/Detalhe.jsp?id=7473>>. Acesso em: 04 abr. 2007.

VERHINE, Robert Evan; DANTAS, Lys Maria Vinhaes; SOARES, José Francisco. Do Provão ao ENADE: uma análise comparativa dos exames nacionais utilizados no Ensino Superior Brasileiro. Ensaio:aval.pol.públ.Educ. v.14 n.52 Rio de Janeiro jul./set. 2006.

Notícias

1- Cristovam Buarque anuncia novas metas para a Educação. *Jornal da Ciência*. SBPC 2192. 03 jan. 2003. Disponível em: <http://www.jornaldaciencia.org.br/Detalhe.jsp?id=6994> Acesso em: 04 abr. 2007.

2- Retrocesso na Educação, editorial de *O Estado de São Paulo* sobre o fim anunciado do Provão. *Jornal da Ciência*. SBPC 2296. 10 jun. 2003. Disponível em: <http://www.jornaldaciencia.org.br/Detalhe.jsp?id=10444> Acesso em: 04 abr. 2007.

3- ENADE substituiu o Provão e teve 90% de presença. *Jornal da Ciência*. SBPC 2642. 08 nov. 2004. Disponível em: <http://www.jornaldaciencia.org.br/Detalhe.jsp?id=22969> Acesso em: 04 de maio de 2007.

Recebido em 8/8/2008 e aceito para publicação em 9/10/2008.

